

A LÓGICA É CULTURALMENTE RELATIVA? Algumas considerações sobre os argumentos de David Bloor e Tim Triplett sobre os Azande

Por Diana Patricia Ferreira de Santana*

1 Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar os argumentos de dois autores quanto a seguinte questão: a lógica é culturalmente relativa? Os autores em questão são David Bloor e Tim Triplett e o objeto de suas considerações recai sobre uma exaustiva pesquisa realizada pelo antropólogo inglês E. E. Evans-Pritchard, em 1937, sobre os azande. Segundo Bloor (1991), as crenças dos azande os levaram a institucionalizar um erro lógico. Entendendo que os passos lógicos são proposições que tomamos como corretas, uma vez que os azande assumem como certa as afirmações a respeito de suas crenças, Bloor conclui que deve haver duas lógicas: a lógica ocidental e a lógica azande. Tim Triplett contrapõe-se fortemente a esta conclusão escrevendo em 1994 um artigo para mostrar que não há qualquer diferença entre a lógica dos azande e a lógica ocidental. Para esse autor, Bloor fez uma leitura equivocada das observações de Evans-Pritchard e se propõe a esclarecê-las. Um dos passos para compreender o debate é esclarecer o significado do termo relativismo lógico e em seguida elucidá-lo à luz dos argumentos de Bloor e Triplett.

2 As Observações de Evans-Pritchard sobre os Azande e as Considerações de Bloor

O trabalho de Evans-Pritchard sobre os azande é a principal fonte da qual Bloor extrai seus exemplos para fundamentar a afirmação de que a lógica é culturalmente relativa. Portanto, esclarecer o termo "lógica" nesse contexto significa analisar as proposições referentes às crenças azande coletadas por Evans-Pritchard. Os azande habitam uma região de densas florestas entre o Sudão e o Congo. Entre suas principais características ressaltamos a crença em bruxaria e na decisão dos oráculos. Eles consultam um oráculo sempre que desejam realizar alguma tarefa importante; e o oráculo verifica se a pessoa é ou não bruxa, pois, para os azande, os poderes e desejos dos bruxos

são a causa dos problemas. O bruxo herda fisicamente a substância-de-bruxaria, localizada na barriga e transmitida pelo bruxo a todos os filhos homens do clã e pelas bruxas a todas as filhas mulheres. Tal substância não é detectável externamente, é uma característica interna que só pode ser revelada após a morte, através de autópsia. Teoricamente, todo o clã de um bruxo deveria ser composto por bruxos, mas, na prática, isto não acontece. Os azande admitem que o clã de um bruxo pode não ser todo composto por bruxos. Uma das justificativas para explicar este fato é a ideia de que a substância-de-bruxaria encontra-se arrefecida (*cool*, originalmente entre os azande). Logo, o membro de um clã bruxo tem o potencial para ser bruxo, mas, para todos os efeitos, ele pode não ser de fato; e quem faz essa detecção é o oráculo. Evans-Pritchard (2005, p. 35) identificou que:

Elaborações adicionais da crença libertam os Azande da necessidade de admitirem aquilo que para nós seriam as conseqüências lógicas da idéia de uma transmissão biológica da bruxaria. Se ficar indubitavelmente provado que um homem é bruxo, seus parentes podem, para reivindicar inocência para si mesmos, lançar mão do próprio princípio biológico que os colocou sob suspeita. Eles admitem que o homem é um bruxo, mas negam que seja membro do clã deles. Dizem que era um bastardo, pois entre os Azande um homem é sempre do clã de seu *genitor*, e não do seu *pater*.

Em suas interpretações, Bloor afirma que, para nós, um caso de bruxaria seria suficiente para estabelecer a linhagem dos que seriam bruxos e, ainda, que um homem não bruxo deveria livrar desse destino todos os seus descendentes masculinos. Tomaríamos isso como uma inferência lógica e clara, porém, questiona: "Teoricamente, todo o clã de um bruxo deveria ser constituído por bruxos; na prática, só os descendentes por via masculina mais próximos de um bruxo são considerados também bruxos. Por que isto?+ (BLOOR, 1991, p. 82).

Recorrendo a Evans-Pritchard, Bloor responde à

sua própria pergunta, afirmando que a explicação do antropólogo para tal fato se deve à consideração dada pelos azande aos casos específicos e concretos em vez de princípios gerais e abstratos. Dois fatores devem ainda ser considerados socialmente: o uso do oráculo e a inocência geral do clã como um todo. Estes são os elementos sancionados por tradição e centrais na forma de vida dos azande (BLOOR, 1991, p. 141, tradução nossa). De acordo com Bloor, os azande institucionalizaram um erro lógico, pois, se um homem é filho de um bruxo, por que razão deveria consultar o oráculo para saber se este homem é bruxo ou não? Mas se eles (os azande) admitissem tal erro, uma de suas principais instituições sociais seria ameaçada e sua sobrevivência correria riscos. Portanto, é vital que os Azande mantenham o seu erro lógico sob pena de agitação social e necessidade de uma mudança radical nas suas formas de vida (BLOOR, 1991, p. 139, tradução nossa).

Entendendo que os passos lógicos são aqueles que nós tomamos como corretos e mostrando que os azande assumem como certo as afirmações supracitadas a respeito da bruxaria, Bloor conclui que deve haver duas lógicas: a lógica azande e a lógica ocidental. Traçando um paralelo com o artigo de Peter Winch, *Understanding a primitive society*, de 1964, Bloor acaba concordando com a interpretação deste autor quando ele declara que foi um erro Evans-Pritchard ter assumido a unicidade lógica no caso dos azande; caso existisse uma contradição lógica nas crenças Azande, então a sua instituição estaria certamente ameaçada (BLOOR, 1991: 83, tradução nossa), mas o fato de não estar sugere a existência de uma lógica diferente.

Tim Triplett é totalmente contrário às considerações de Bloor e, em 1994, escreve um artigo para mostrar os equívocos cometidos por Bloor na leitura de Evans-Pritchard. Para esse autor, não há qualquer diferença entre a lógica dos Azande e a lógica ocidental que justifique postular uma lógica alternativa e se propõe a avaliar as razões que Bloor fornece para nos convencer de que tal lógica é mesmo relativa, passando em revista as observações de Evans-Pritchard e as críticas de Jennings em *Alternative Mathematics and the Strong programme: Reply to Triplett*.

3 O Relativismo Lógico e as Considerações de Triplett

O relativismo lógico é uma forma de relativismo epistemológico e implica na aceitação da tese de que uma proposição rejeitada como uma contradição lógica em uma cultura pode ser adotada por outra e, ao ser adotada, constitui um conhecimento legítimo daquela cultura, desde que haja, entre os membros dessa cultura, concordância coletiva. O que nos faz rejeitar ou não uma proposição é o fato de ela ser verdadeira ou falsa. Não devemos, também, confundir proposições lógicas com argumentos. Um argumento é um conjunto de proposições lógicas. Podemos inclusive ter um argumento válido construído a partir de várias proposições lógicas falsas. Para estabelecer uma conexão entre suas afirmações e o exemplo dos Azande, Bloor estabelece uma distinção entre a psicologia do raciocínio e o sistema institucional de pensamento. De acordo com Triplett (1994, p. 752, tradução nossa), o que Bloor entende por psicologia do raciocínio envolve

[...] todas as linhas de pensamento da nossa mente que estão naturalmente em constante movimento (isto é o que Bloor chamou de psicologia do raciocínio) e (2) e o sistema institucional de pensamento pode ser compreendido como o sistema no qual nascemos e estamos imersos, submetidos a aprender através dos processos de culturalização em que as linhas de pensamento são aceitáveis e as que não são.

Triplett, ironicamente, identifica nesse modelo um aspecto quase freudiano onde o *id* representa nossas tendências naturais de pensamento e o *superego*, a culturalização. Porém, não há evidências de que essa descrição confere exatamente com o raciocínio humano, de forma a fazer valer a distinção de Bloor. Nada garante que esta distinção mostra uma diferença real no pensamento racional. Ainda segundo Triplett, mesmo que houvesse evidências sólidas de que há diferenças entre o raciocínio de tendência natural individual e o raciocínio como sistema institucional, levando-nos a identificar modos distintos de raciocínio institucional em diferentes culturas, ainda assim, não basta para dar consistência à tese do relativismo lógico. Poderíamos refutar essas ideias alegando que qualquer que seja a diferença cultural encontrada nesses processos, elas não revelam ainda incompatibilidades lógicas. Ainda que fossem encontradas incompatibilidades, poderíamos ainda supor que uma ou outra cultura construiu mal o raciocínio.

A ambiguidade entre a sociologia da crença e a forma relativista da sociologia do conhecimento perpassa todo o trabalho de Bloor. A tarefa de procurar explicações sociológicas de por que uma cultura aceita certas crenças e rejeita outras é, de acordo com Triplett, certamente importante dentro da sociologia, mas esta postura metodológica não envolve, necessariamente, o relativismo. Uma coisa é analisar as razões culturais que levaram uma sociedade a aceitar algo como um elemento do conhecimento; outra é sustentar que esta sociedade realmente conheceu este elemento pelo simples fato de ter sido um consenso coletivo dentro da sociedade.

Triplett se dispõe a analisar o texto de Evans-Pritchard e suas conclusões, acreditando que Bloor fez uma leitura equivocada dos comentários de Evans-Pritchard, que não leva em conta o contexto completo da discussão do antropólogo britânico. O comentário de Bloor ao qual ele se refere é o seguinte:

Para nossas mentes, parece evidente que, se ficou provado que um homem é bruxo, então todo seu clã é, *ipso facto*, bruxo, uma vez que um clã Azande é um grupo de pessoas relacionadas biologicamente umas às outras através da linhagem masculina. Os Azande vêem o sentido deste argumento mas não aceitam as suas conclusões, e isto envolveria toda a noção de bruxaria em contradição se eles assim acreditassem. Na prática eles consideram apenas os parentes de sangue próximos de um Azande reconhecidamente bruxo como bruxos. Apenas na teoria eles estendem a atribuição a todos os homens do clã bruxo (apud TRIPLETT, 1994 p. 755, tradução nossa).

Ora, o próprio Evans-Pritchard invoca a noção de contradição lógica; isto significa que os azande reconhecem sim a ameaça da contradição, caso contrário, não rejeitariam as conclusões. Para Bloor, os azande não reconhecem tal contradição; nas palavras de Bloor (1991, p. 13, tradução nossa); "Os azande institucionalizaram um erro lógico, ou pelo menos um certo grau de cegueira lógica". Ao negarem que os Azande reconhecem tal contradição acaba, como consequência, recusando a própria interpretação de Evans-Pritchard.

Os azande não entram em choque com a teoria, mas subvertem-na para esquivar-se das suas consequências. Um dos exemplos apontados por Evans-Pritchard é do bastardo, que consiste em inocentar um determinado homem que tivesse sido comprovadamente apontado como um bruxo, negando que ele pertencesse ao clã¹. Eles improvisam e, ao fazerem isto, embora aparentem raciocinar sob outra ótica, empreendem

um tipo de lógica que nos é bem compreensível - escapando da consequência lógica negando uma das premissas, que é o fato de o bruxo não ser alguém do seu sangue.

Quanto à questão de considerar a explicação a respeito da substância de bruxaria arrefecida+ uma questão de elaboração temporária, individual e não uma crença institucionalizada, Triplett (1994, p. 756, tradução nossa) responde que:

Primeiro, Evans-Pritchard refere-se a ela como uma doutrina. Segundo, assim como é fácil ver que o raciocínio sobre o exemplo do bastardo é uma elaboração individual desenvolvida para defender indivíduos específicos sem recusar ou alterar a doutrina de bruxaria Azande, assim também é fácil ver que a afirmação de que a substância de bruxaria arrefecida+ é real, não é específica. Ela soma algo à consideração Azande a respeito da natureza e causas da bruxaria.

A doutrina referida acima permite aos Azande manter o princípio biológico de que a bruxaria é transmitida por fatores hereditários e, ao mesmo tempo, explica o fato de nem todos no clã serem bruxos. Quanto à contradição do texto zande de que todos os membros de mesmo sexo de uma família reconhecidamente bruxa devem ser bruxos e a negação zande de que a bruxaria tem, de fato, essa abrangência, Evans-Pritchard (apud TRIPLETT, 1994, p. 757, tradução nossa) tece o seguinte comentário:

Os Azande não percebem a contradição como nós a percebemos pois eles não têm qualquer interesse teórico no assunto, e aquelas situações nas quais eles expressam seu interesse em bruxaria não os forçam a pensar (ou perceber) o problema. Um homem nunca pergunta a um oráculo... se um certo homem é bruxo. Ele pergunta se naquele momento este homem o está enfeitando. Um azande está interessado em bruxaria somente como um agente em ocasiões definidas e em relação a seu interesse próprio, e não como uma condição permanente dos indivíduos.

Mais uma vez, Triplett realça que Evans-Pritchard foi mal lido, como se tivesse afirmado que os Azande não percebem uma contradição e esta posição acaba conduzindo Bloor a declarar que os Azande têm uma lógica alternativa. Contradição é entendida por Bloor como algo que surge a partir de um problema na prática social+(apud TRIPLETT, 1994: 757, tradução nossa). O sociólogo alega que os Azande não vêem a contradição porque acreditam que uma contradição existe porque uma cultura identifica algo como inaceitável no seu conjunto de crenças+(apud Triplett, 1994: 757, tradução nossa); e os azande, por sua vez, afirmam que não há nada de inaceitável com suas crenças sobre bruxaria. Logo, se para os próprios azande a contradição inexistente,

significa que eles têm uma lógica própria, diferente da lógica ocidental e legítima porque serve à estrutura social Azande.

No entanto, Triplett nota que Evans-Pritchard não diz que os Azande não percebem uma contradição **simpliciter**. Ele diz que eles não percebem a contradição como *nós a percebemos* (TRIPLETT, 1994, p. 757, grifos do autor, tradução nossa); e argumenta que os Azande talvez não percebam a contradição como nós porque ela carece, para eles, do significado que teria para nós. Finalmente, Triplett conclui, a partir das evidências de Evans-Pritchard, que as respostas dadas pelos azande às questões colocadas acima nos são bastante compreensíveis e semelhantes à forma como nós raciocinamos. Não há, dessa forma, razões para afirmar que os azande têm uma lógica alternativa ●

Nota:

¹ Segundo Evans-Pritchard, para os azande, um homem pertence ao clã de seu genitor e não de seu *pater* (apud TRIPLETT, 1994).

Referências:

- BLOOR, D. *Knowledge and social Imagery*. 2. ed. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os azande*. Edição resumida e introdução: Eva Gilies. Tradução: Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- TRIPLETT, T. Is There Anthropological Evidence That Logic Is Culturally Relative? *British Journal for the Philosophy of Science*, Oxford, v. 45, n. 2, p. 749-760, Jun. 1994.
- WINCH, Peter. Understanding a primitive society. *American Philosophical Quarterly*, v. 1, n. 4, p. 307-324, 1964

* Mestre em Educação Matemática/USP, professora licenciada de Cálculo da FATEC Arthur Azevedo/Mogi Mirim-SP, professora de Filosofia da Universidade Estadual do Piauí, doutoranda em Educação Unicamp e doutoranda em Filosofia/USP.

STAKEHOLDERS E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA sob a perspectiva da teoria da ecologia organizacional

Por Roberta da Rocha Rosa Martins*, Fernando Gimenez**,
Luci Michelon Lohmann*** e Jorge Gaio****

Resumo: A teoria da ecologia organizacional no presente trabalho considerou os aspectos da organização e do ambiente, trazendo a ideia de monitoramento ambiental, destacando o papel do ambiente externo, havendo a obrigação de gerir e não apenas conceber as organizações como sistemas abertos, a fim de que se obtenha um ambiente próspero. Sendo inserida a responsabilidade social corporativa no planejamento estratégico, as ações passam a ser de responsabilidade de toda a organização, trazendo legitimidade para a mesma e satisfação para os todos os envolvidos (*stakeholders*).

Palavras-chave: Ecologia organizacional. Responsabilidade social corporativa. *Stakeholders*.

1 Introdução

O conceito de ecologia populacional se origina da biologia, quando do estudo de diferentes populações de organismos (espécies) que se adaptam ao ambiente. O modelo biológico considera a coabitação de espécies diferentes no mesmo ambiente como um processo dinâmico, de competição por recursos escassos. Em suma, as espécies que melhor se adaptarem às contingências do meio sobreviverão e prosperarão,

enquanto que as rivais, menos adaptadas, fracassarão e desaparecerão, ou seja, é um processo de seleção natural. Tal teoria surgiu da publicação do artigo de Hannan e Freeman (1977), intitulado de *The population ecology of organizations*.

Brittain e Wholey (1986) defendem que este paradigma ecológico influenciou diversas áreas das ciências sociais, como: sociologia, economia e